

Prefeitura de SP quer vender ações e participação em empresas

por Célia de Gouvêa Franco
de São Paulo

A venda de ações da Petrobrás e da sua participação minoritária no metrô é uma das alternativas da prefeitura de São Paulo para tentar a curto prazo melhorar sua difícil situação financeira. A única solução definitiva e permanente para o município — que deve fechar este ano com um déficit em torno de CZ\$ 4 bilhões, equivalente a mais de 30% das suas receitas — é, porém, uma reforma tributária, segundo o secretário das Finanças de São Paulo, Carlos Alberto Manhães Barreto.

Como outros municípios, a prefeitura paulistana também está sendo ajudada por um aumento na receita tributária, que chega hoje, no seu total, incluindo taxas e outras contribuições, a aproximadamente CZ\$ 1 bilhão por mês. A arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS) apresentou um crescimento muito significativo nos últimos meses, graças ao processo de retomada econômica e ao impulso adicional dado pelo Plano Cruzado. Assim, a estimativa da Coordenadoria de Rendas Mobiliárias é de uma receita de CZ\$ 308 milhões em abril, o que significaria uma ex-

pansão de 32% em apenas um mês.

Apesar desse crescimento vigoroso, a contribuição tributária é ainda absolutamente insuficiente para que a prefeitura possa realizar investimentos maiores, considerados necessários pela atual administração, como na melhoria e ampliação de vias públicas. Apenas com a folha de pagamentos e seus encargos sociais, o município gasta a cada mês CZ\$ 460 milhões. Ou seja, 40% da receita tributária.

O maior problema da prefeitura não são, porém, os seus 100 mil funcionários ativos e 20 mil aposentados, mas sim o déficit das empresas municipais que a administração central precisa bancar. O exemplo mais claro é a situação da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC), cujo déficit consome em torno de 12% das receitas totais da prefeitura. Manhães Barreto calcula que, se a prefeitura não tivesse de arcar com as perdas das suas empresas, teria um superávit mensal de CZ\$ 300 milhões. O que seria suficiente para tocar obras de grande envergadura.

Para tentar fugir a esse estrangulamento, a Secretaria das Finanças pretende desfazer-se de uma par-

te do patrimônio da prefeitura — o que precisaria necessariamente ser aprovado pela Câmara dos Vereadores. Assim, estuda-se a possibilidade de venda de um volume muito expressivo de ações da Petrobrás hoje em poder do município de São Paulo. São cerca de CZ\$ 400 milhões de ações a serem vendidas através de leilão, na bolsa de valores. O prefeito Jânio Quadros já aprovou essa proposta, que para ser efetivada precisa apenas da finalização de detalhados estudos técnicos sobre a melhor forma de venda.

Outra intenção de Manhães Barreto é a venda da participação da prefeitura na Companhia do Metrô — de cerca de 28% — para a União, que hoje possui cerca de 10% desse capital. A Secretaria das Finanças considera que a União deveria arcar com uma parcela considerável dos subsídios hoje existentes nos transportes públicos, já que fica com uma fatia desproporcional dos tributos arrecadados no município. A cidade de São Paulo, calcula, contribui com algo entre 15 e 20% do Produto Interno Bruto (PIB), mas fica com apenas 5% da carga tributária. Também se pensa em vender para a Petrobrás a participação do município na Comgás.

Todas essas iniciativas mais os pedidos de empréstimo junto ao governo federal — Jânio Quadros pediu autorização do presidente José Sarney, no encontro que tiveram há quinze dias em Brasília, para obter US\$ 350 milhões — apenas servem, no entanto, para “tapar buracos”, na expressão do secretário. O município só disporá de recursos de longo prazo que lhe deem margem a investimentos pesados com uma reforma tributária bastante ampla.

Manhães Barreto acredita que essa reforma poderá vir a ser adotada na Constituinte e sua principal reivindicação é que as regiões metropolitanas sejam beneficiadas com uma fatia maior de tributos do que as cidades comuns. E isso pela simples razão de que devido a sua dimensão e a sua população os custos de administração e de investimentos são desproporcionalmente mais elevados nas metrópoles do que nos outros municípios. E São Paulo, especificamente, extrapola os problemas comuns mesmo das outras capitais do País, diz o secretário das Finanças, lembrando, por exemplo, que apenas a varrição das ruas paulistanas corresponde a todo o lixo recolhido em Belo Horizonte.